SINDICATO VIGILANTES MINAS GERAIS

O VIGILANTE

FECHAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELA ECT

Informativo do Sindicato dos Empregados das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte - MG, maio de 2016

FITV CONTRASP CTB

Golpe põe em risco a democracia e os direitos dos trabalhadores

Está em curso no País um golpe contra a democracia, orquestrado por setores conservadores, que propõem a volta ao passado e ameaçam conquistas históricas da classe trabalhadora.

Esse golpe põe em risco os direitos dos trabalhadores e barra a continuidade das mudanças. As forças conservadoras, respaldadas pela mídia golpista e por setores do empresariado, não se conformam com a derrota em 2014 e têm utilizado de todos os artifícios para tomar o poder a qualquer custo.

Com o falso discurso de combate à corrupção, os autores do golpe à democracia, entre eles o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB); o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB); e o senador Aécio Neves (PSDB), protagonizam o maior ataque da história aos direitos dos trabalhadores.

Por isso, o Sindicato alerta que, ao contrário do que pregam os arautos do golpe, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, se consumado, além de não tirar o Brasil da crise econômica, poderá aprofundá-la com a instabilidade de um governo provisório.

Portanto, é hora de lutarmos, juntamente com as forças democráticas, para defender as instituições da República, a Constituição e o Estado Democrático de Direito. Não podemos permitir quaisquer ataques à democracia e aos direitos da classe trabalhadora conquistados com tanta luta ao longo da última década.

Veja na página 3 os prejuízos que o plano de governo de Temer pode acarretar.

Sindicato participa do 4º Congresso da FITV
PÁGINA 2

Plano de Temer e Cunha é ponte para o retrocesso
PÁGINA 3

Sindicato denuncia empresas que não respeitaram a CCT
PÁGINA 4

Águia e Aperphil são acionadas para garantir direitos
PÁGINA 4

Sindicato fecha o cerco contra a vigilância clandestina
PÁGINA 4

Orientar os trabalhadores sobre a política também é papel do Sindicato

Companheiros e companheiras, conforme todos têm acompanhado, o Brasil passa por séria crise política, que tem afetado diretamente a economia do País. Ao mesmo tempo, a Justiça apura graves acusações de corrupção no governo, contra políticos e grandes empresários.

No que diz respeito aos políticos, as investigações têm sido seletivas, com o objetivo flagrante de se atingir e derrubar o governo da presidenta Dilma Rousseff, legitimamente eleita, com 54 milhões de votos, e contra quem não existe qualquer acusação ou processo.

A diretoria do Sindicato apoia as investigações da Polícia Federal, mas que seja feita amplamente, e não da forma seletiva e com viés político como vem sendo conduzida. Para o Sindicato, resguardado o amplo direito de defesa, as investigações devem ir a fundo, doa a quem doer.

Muitos trabalhadores questionam e até criticam o fato de o Sindicato se envolver na política. A resposta é simples: o Sindicato participa da vida política porque a política que influencia diretamente nas condições e na qualidade de vida dos trabalhadores.

É a política que determina o custo de vida, os nossos salários, o preço do feijão, do aluguel, do sapato. É a política que influencia a economia, que, por sua vez, possibilitará ou não mantermos nosso emprego. Enfim, tudo é política!

E o Sindicato tem lado. Está do lado de um projeto mais avançado de governo, que priorize os trabalhadores, oferecendo condições para que tenham boas condições de trabalho, bons salários, acesso a saúde e educação públicas de qualidade.

Não podemos esquecer que é o atual projeto de governo que na última década tirou milhões de famílias da miséria, realizou o sonho da casa própria de inúmeras famílias, possibilitou o ingresso na universidade a milhares de estudantes que até então nem se permitiam sonhar com essa possibilidade. Devemos lembrar que foi por meio do atual projeto que nós, vigilantes, conquistamos o adicional de periculosidade de 30%, após muitos anos de luta.

Claro que nada disso deve servir para blindar quem quer que seja de investigações. Quem errou deve pagar pelos seus erros. Mas aqui não estamos tratando de pessoas, mas de um projeto avançado de governo, que se ainda não é aquele que almejamos, também não pode regredir. Pelo contrário, devemos avançar e para avançar não podemos permitir que passe um impeachment comandado por fichas sujas como Temer e Cunha e por políticos como Aécio Neves, que não têm o menor compromisso com a classe trabalhadora.

Por isso, fique atento, acompanhe, leia, se informe e não se deixe levar e acreditar apenas no que diz os grandes veículos de comunicação, como a Globo e Veja.

Congresso da FITV debate medidas para valorizar a profissão de vigilante

A Federação Interestadual dos Vigilantes (FITV) realizou, nos dias 14 e 15 de abril, seu 4º Congresso, em Campo Grande (MS).

No encontro, foram debatidas a conjuntura do País; temas de interesse da categoria, como o Estatuto da Segurança Privada, aposentadoria especial e saúde e segurança do trabalhador; além de medidas para aprimorar e valorizar a profissão.

Ao final do encontro, que contou com a participação de dirigentes de entidades representativas dos vigilantes de Estados como Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Tocantins, Goiás e do Distrito Federal, foi eleita a nova diretoria da Federação para o triênio 2016/2019, que passou a ser presidida por Celso Adriano Gomes da Rocha, presidente do Sindicato dos Vigilantes do Mato Grosso do Sul. Também integram a nova diretoria da FITV os diretores do Sindicato Edilson Silva, Vera Lúcia e Joaquim Valdeir.

Nova diretoria da FITV, eleita para o triênio 2016-2019, conta com três diretores do Sindicato

EXPEDIENTE

O Vigilante - Informativo do Sindicato dos Empregados das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais. Sede: Rua Curitiba, 689, 9º andar, Centro, Belo Horizonte/MG. Telefax: (31) 3270-1300. **Subsede Vale do Aço:** Rua Belo Horizonte, 341C, Centro, Ipatinga/MG. Telefax: (31) 3823-9083. **Subsede Sul de Minas:** Rua Marechal Deodoro, 524, Centro, Pouso Alegre/MG. Telefax: (35) 3423-3318. **Presidente:** Romualdo Alves Ribeiro. **Coordenador de Imprensa:** Afonso Nonato Neto. **Jornalista responsável:** Eliezer Dias (MG 06553JP). **Diagramação e ilustração:** Elvis. **E-mail:** ovigilante@ovigilante.org.br. **Site:** www.ovigilante.org.br

Plano de governo de Temer e Cunha é ponte para o retrocesso

A classe trabalhadora é quem mais tem a perder se o golpe do impeachment não for barrado. As classes sociais e os políticos que estão por trás da campanha contra a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula, a pretexto de combater a corrupção, têm por objetivo principal a destruição dos direitos sociais conquistados pelo povo brasileiro não só durante o governo Lula mas ao longo de toda a história. Querem o fim da CLT, o que significa acabar com as férias de 30 dias, 13º salário, licença maternidade, descanso semanal remunerado, aumentar a jornada de trabalho muito além do limite de 8 horas diárias, impor a terceirização ilimitada e destruir outras conquistas.

Se consumado o afastamento da presidenta Dilma pelo Senado, a presidência da República será ocupada por 180 dias pelo vice-presidente Michel Temer. Seu projeto de governo, denominado "Ponte para o futuro", na verdade, representa uma ponte para o retrocesso, pois nele não haverá espaço para os trabalhadores.

Além da investida contra a democracia, a proposta de Temer ataca direitos históricos, impõe uma reforma trabalhista retrógrada, rasga a CLT e a põe em risco o salário mínimo. Veja abaixo o que significa os principais pontos do Plano Temer:

Fim do ganho real do salário mínimo

Acabar com todas as "indexações para salários e benefícios", como propõe o Plano Temer, põe fim ao maior acordo salarial da história do Brasil, a política de valorização do salário mínimo. Fruto da luta do movimento sindical, o reajuste do mínimo se dá pela inflação mais a metade do crescimento do PIB de 2 anos anteriores. Na prática, a "desindexação" é o fim do reajuste automático da renda do trabalhador e do seu poder de compra.

Prevalência do negociado sobre o legislado

O Plano Temer defende que negociações coletivas tenham mais valor que uma lei trabalhista que tem 73 anos e que garante carteira assinada, jornada de trabalho definida, férias remuneradas, 13º e diversos benefícios. O objetivo disfarçado é a perda de direitos, já que o peso dos patrões acaba se sobrepujando sobre os empregados, principalmente no caso de sindicatos que não têm compromisso com os trabalhadores.

Estímulo à terceirização sem limites

Os defensores do impeachment são autores de pelo menos 55 projetos no Congresso Nacional que terceirizam todas as atividades de uma empresa. Rejeitada pelos trabalhadores, a terceirização lidera as estatísticas de acidentes de trabalho, com mortes e sequelas, e reduz os ganhos do trabalhador, que trabalha mais em situação de precariedade e é vitimado por inúmeras doenças ocupacionais.

Mais trabalho e menos benefícios

O Plano Temer defende uma idade mínima para a aposentadoria, que pode chegar a 67 anos. Essa medida penaliza o trabalhador de baixa renda, que começa a trabalhar muito cedo. A desvinculação do salário mínimo aos benefícios da Previdência atinge 22 milhões de aposentados: sem reajuste, essas famílias, principalmente trabalhadores rurais, terão a renda congelada e perderão o poder de compra.

Desobrigação de repasses para a Saúde e a Educação

Os trabalhadores brasileiros foram os mais beneficiados com as políticas públicas para a Saúde e Educação implantadas nos governos Dilma e Lula. O Plano Temer desobriga a União, Estados e municípios a repassarem recursos para essas áreas. Assim como a política do salário mínimo fez a renda dos pobres crescer mais que a dos ricos, o Prouni e o Mais Médicos garantiram, respectivamente, acesso ao ensino superior e atenção à saúde àqueles historicamente excluídos.

Aumento do desemprego

O arrocho salarial sinalizado pelo Plano Temer diminui o poder de compra do trabalhador, seja de quem está na ativa ou aposentado, e enfraquece a economia. O resultado será o aumento do desemprego, um cenário distante do pleno emprego vivido entre 2009 e 2014, quando o Brasil registrou taxas baixíssimas de desemprego em várias regiões. A conclusão é simples: o PMDB vai colocar o prejuízo na conta do trabalhador.

DIA-A-DIA DA CATEGORIA

De olho no patrão!

Empresas que descumpriram a Convenção Coletiva são denunciadas

O Sindicato denunciou as empresas Esquadra, Conservar, Souza Lima e Esparta à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (SRTE-MG) por não cumprirem a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2016.

De acordo com levantamento da entidade e denúncias feitas por trabalhadores, essas empresas não pagaram a seus empregados a diferença de salário e benefícios conquistados nas negociações da Campanha Salarial. "Todo ano, algumas empresas insistem em ignorar a CCT, desrespeitando os trabalhadores. Mas, o Sindicato não vai aceitar a choradeira de sempre dos patrões e que os vigilantes fiquem no prejuízo. Se preciso, vamos ingressar com ações na Justiça para fazer valer os direitos dos trabalhadores", avisa o vice-presidente do Sindicato, José Carlos.

Nas audiências de mediação com a Esquadra/Cemig (20/04), Esquadra/Banco do Brasil (20/04), Conservar (02/05), Souza Lima 03/05 e Esparta (03/05), a diretoria do Sindicato cobrou das empresas o cumprimento de suas obrigações trabalhistas e o pagamento da multa pelo desrespeito à Convenção.

"Caso os acordos firmados no Ministério do Trabalho não surtam efeito, o Sindicato ajuizará ações contra as empresas na Justiça do Trabalho solicitando o bloqueio imediato das faturas para pagamento dos direitos dos vigilantes", afirma o vice-presidente do Sindicato.

Sindicato fecha o cerco à vigilância clandestina

O Sindicato tem intensificado a fiscalização com vistas ao combate à vigilância clandestina. Nas fiscalizações a empresas e em eventos, diretores da entidade têm conferido se todos os trabalhadores são vigilantes profissionais e se os direitos trabalhistas, como jornada, alimentação e transporte, entre outros, estão sendo cumpridos.

Recentemente, em ação de fiscalização em um evento de grande porte na cidade de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), diretores da entidade flagraram dezenas de pessoas exercendo a profissão de vigilante ilegalmente, inclusive menores de idade. O caso será denunciado às autoridades.

Para acabar de uma vez por todas com essa prática, que tem prejudicado a categoria, o Sindicato pede aos trabalhadores que denunciem as empresas que agem de forma ilegal, para que sejam tomadas as devidas providências, inclusive judiciais.

O Sindicato também orienta aos vigilantes que trabalham em grandes eventos para que exijam seus direitos, como o recebimento do valor por hora de serviço estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho de 2016. Confira no quadro ao lado.

Valor da hora para trabalho em evento	
1 hora	R$ 14,21
2 horas	R$ 28,42
3 horas	R$ 42,63
4 horas	R$ 56,84
5 horas	R$ 71,05
6 horas	R$ 85,26
7 horas	R$ 99,47
8 horas	R$ 113,68
9 horas	R$ 127,89
10 horas	R$ 142.10
11 horas	R$ 156,31
12 horas	R$ 170,52

Dificuldades enfrentadas pela Águia e Aperphil acendem alerta vermelho

O Sindicato tem acompanhado com atenção e preocupação a situação dos trabalhadores da Águia Vigilância. Há tempos, a empresa vem atrasando o pagamento dos salários e benefícios de seus empregados, em diversos setores, demonstrando total incapacidade para se manter no mercado de prestação de serviços.

Com os constantes atrasos, o número de reclamações de vigilantes feitas ao Sindicato é cada vez maior, superando em muito o de várias empresas de maior porte. No setor IFMG, por exemplo, o atraso no pagamento de salários e benefícios está prestes a completar três meses.

Sem condições de se manter e prestar um serviço de qualidade a seus tomadores, a Águia já começa a perder contratos, acendendo o alerta vermelho entre os empregados.

Diante da gravidade da situação, o Sindicato está tendo que mover ações na Justiça contra a empresa para garantir as verbas rescisórias dos trabalhadores.

No caso do seor IFMG, o Sindicato moveu ação para garantir os salários e benefícios aos trabalhadores e já está discutindo com o contratante e a própria empresa a possibilidade de encerramento das atividades com o setor, uma vez que a Águia não tem apresentado condições técnicas e financeiras para manter a atividade. O processo do salário já foi concluído.

Aperphil

Outra empresa que tem apresentado dificuldades para honrar as obrigações trabalhistas é a Aperphil. Para garantir os salários e benefícios dos trabalhadores que prestam serviços no setor Ibram, o Sindicato moveu uma ação contra a empresa e conseguiu o bloqueio de recursos. O processo já foi concluído e o pagamento aos vigilantes já está sendo feito.